



**ATA DA REUNIÃO DE
ONZE DE MAIO DE 2021**

-----No dia onze de maio do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório da Casa da Cultura de Góis, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Graciano Antunes Rodrigues, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e Nuno Miguel Martins Bandeira.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.-----

-----A senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – MÁRIO BARATA GARCIA/RENÚNCIA AO MANDATO-----

3.2 – ALTERAÇÃO À COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL-----

3.3 – ASSUNTOS DA PRESIDÊNCIA/DESPACHOS-----

3.4 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.5 – TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL/COMUNICADO DE IMPRENSA: PRAIAS DO CENTRO DE PORTUGAL COM 89 BANDEIRAS AZUIS EM 2021-----

3.6 – ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS/CORPOS SOCIAIS/BIÊNIO 2021/2022-----

3.7 – ÁGUAS DO CENTRO LITORAL/PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – ABASTECIMENTO-----

3.8 – APIN/EXECUÇÃO DO PROTOCOLO DE 08 DE JANEIRO DE 2020-----

3.9 – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE GÓIS/INÍCIO DE PROCEDIMENTO-----

3.10 – NMAUTOCLASSICOS/PEDIDO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO NA ZONA INDUSTRIAL DE VÁRZEA PEQUENA-----

3.11 – OBRAS PARTICULARES/LEONOR BEATRIZ SIMÕES BANDEIRA E GONÇALO NUNO MARTINS BANDEIRA-----

3.12 – OBRAS PARTICULARES/CELSO FERNANDO DIAS VENTURA -----

3.13 – OBRAS PARTICULARES/BRUNO ANTÓNIO CARVALHO DUARTE DIAS-----

3.14 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES-----

3.14.1 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis-----

3.14.2 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis-----

3.14.3 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis -----

3.14.4 – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra-----

3.14.5 – Associação Educativa e Recreativa de Góis -----

3.14.6 – Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã-----

3.14.7 – Automóvel Clube de Portugal -----

3.15 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL-----

3.15.1 – União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal -----

3.15.2 – Freguesia de Vila Nova do Ceira -----

3.16 – MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 9/2021/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 7 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 6-----

3.17 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – A senhora Presidente informou que o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, por motivos profissionais, não iria estar da presente na reunião, tendo a sua falta sido justificada.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção referindo que, após uma longa jornada em que nos víamos e ouvíamos à distância, através de videoconferência, é com imenso gosto que retomamos as reuniões do Executivo de forma presencial, com a presença do público, significando que se está retomar da normalidade, ou seja, significa que temos boas notícias relativamente à evolução da COVID-19, felizmente que as coisas estão serenas, sem prejuízo de estarmos

atentos e conscientes que a qualquer momento a situação poder-se-á inverter. É do conhecimento de todos que há realidades muito próximas de nós que estão a viver dias difíceis prevalecendo-se, para em nome do Executivo, dirigir um abraço de solidariedade a todos os Municípios, Autarcas e ao Povo desses Municípios que se encontram com problemas maiores em termos da Pandemia da COVID-19. Devemos estar sempre atentos com atitude responsável e cumprir aquilo a que estamos obrigados dentro do estado de calamidade no sentido de mantermos a saúde pública no concelho a níveis a que a todos possam satisfazer. -----

-----Referiu que, no dia de hoje, temos um renovado Executivo, prevalecendo-se para saudar o senhor Graciano Antunes Rodrigues, recentemente empossado como Vereador em permanência, e por sua decisão com atribuição de pelouros, delegação de competências, assumindo também a Vice-Presidência da Câmara Municipal na sequência da renúncia do senhor Dr. Mário Barata Garcia. Prevaleceu-se da oportunidade para desejar uma boa recuperação do estado de saúde ao senhor Dr. Mário Barata Garcia, bem como dirigir um bem-haja pelo trabalho que desenvolveu ao longo destes quase doze anos, uma vez que a acompanhou nos seus três mandatos, deixando a sua marca em vários processos que os levou com compromisso e seriedade.-----

-----Seguidamente dirigiu palavras de boas vindas ao senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues fazendo votos para que tenha muitos êxitos, apesar de o tempo ser curto é o bastante para assumir compromissos autárquicos nos processos que lhe foram confiados. Referiu que o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues assume o Pelouro até então assumido pelo senhor Dr. Mário Barata Garcia, sendo que a vida autárquica não lhe é estranha, por ter desempenhado funções autárquicas aquando eleito Presidente da Junta de Freguesia de Góis, sendo que a dimensão e complexidade dos processos da Câmara Municipal são claramente bem diferentes daquela que é a realidade das nossas Juntas de Freguesia. Efetivamente trata-se de uma mudança significativa na vida profissional do senhor Graciano Antunes Rodrigues porquanto exercia funções na DAG - Serviço de Contabilidade da Câmara Municipal de Góis, sendo que a panóplia de processos que estão confiados à DGUPA vão muito além das rotinas diárias de um serviço, tendo elencado



alguns dos processos em curso, sendo o Pelouro onde se podem visualizar concretizações físicas.-----

-----Prevaleceu-se da oportunidade para dirigir um cumprimento ao senhor Vereador substituto Nuno Miguel Martins Bandeira que nos acompanha, no dia de hoje, por impedimento do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, por motivos profissionais, conforme comunicação remetida à sua pessoa.-----

-----Referiu que a Câmara Municipal se encontra a tratar de todas as démarches e trabalhos necessários para a passagem da prova do Rally de Portugal em Góis contando que não haja nenhum condicionalismo ao público, referindo que até à data a informação que tem é que irá haver público, estando todo o processo a ser tratado nesse sentido, seja com os serviços externos, seja com os serviços internos. Quanto ao troço os trabalhos já se encontram concluídos, sendo que com o tempo que se faz sentir há probabilidades da existência de zonas que até à passagem possam vir a ser intervencionadas, referindo que foi um dos troços reconhecidos como excelente pelo ACP. Ainda sobre os procedimentos referiu que na passada sexta-feira foi realizada uma ação de formação promovida pelo ACP dirigida aos marshalls, trabalhadores dos serviços externos e outros que acederam ao seu convite, com o sentido de saber qual será o seu papel e obrigações, e o que devem respeitar e fazer respeitar, sendo que se se verificar uma situação mais incómoda deve a mesma ser transmitida às forças de segurança. Referiu que foi endereçado convite ao Executivo e a outras Entidades, pelo que no mais curto espaço de tempo devem manifestar o seu interesse em estar presente na zona do troço onde a Câmara Municipal terá um espaço para receção dos convidados tendo para o efeito procedido a alguns esclarecimentos sobre o programa que foi detalhado para os convidados.-----

-----Referiu que reuniu com a nova Presidente da Associação de Juventude de Góis, a jovem Adriana Figueiredo, que se fez acompanhar por um elemento da direção, tendo sido dado conhecimento dos novos corpos sociais e do plano de atividades para o ano de 2021, renovando votos de maiores sucessos, tendo sido por si apresentada a disponibilidade da Câmara Municipal para continuar a colaborar com esta Associação.

Dirigiu uma palavra de gratidão à jovem Joana Simões e à sua Equipa pelo trabalho desenvolvido.-----

-----Referiu que está previsto para o dia de amanhã a apresentação do Programa Góis é Solidário, na Casa da Cultura, pelas 19.00 horas, dirigida ao tecido empresarial local, às famílias e a todos quantos tiveram prejuízos no âmbito da Pandemia no ano de 2020 até à presente data. A apresentação é pública tendo transmissão na página do Facebook do Município de Góis, sendo que irá ser explicado as normas de adesão ao programa, os critérios, a documentação que têm de apresentar, existindo formulários para apresentação da candidatura, havendo uma Equipa técnica de trabalho que acompanha todo este processo para que as candidaturas possam estar bem instruídas de maneira a que seja mais célere a avaliação e a análise das candidaturas. -----

-----Mais referiu que, no dia de ontem, se realizou reunião na sede da empresa Metro Mondego, promovida pela CIM RC, estando presentes os Municípios de Góis, Arganil e Mealhada e Condeixa, sendo estes os municípios que futuramente podem vir a beneficiar de um transporte que é reclamado no nosso território há mais de cem anos, acreditando que possa vir a ser uma realidade face ao empenho e seriedade com que se está a tratar este processo. Referiu que foram apresentadas várias alternativas para a zona dos concelhos de Condeixa e Mealhada, importando-nos o nosso território sendo que na sua ótica seria o processo mais fácil, apesar de alguns constrangimentos, sendo por todos assumido que seria o mais fácil até Vila Nova do Ceira. Referiu que ficou estabelecido o compromisso de assumir o processo sendo que a CIM RC está a assumir com muita seriedade, salientando que a CIM RC reuniu como senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação tendo sido apresentado este processo. Referiu ainda que, brevemente, será realizada reunião com os referidos municípios não somente para se verificar os traçados, uma vez que alguns destes traçados poderão não ser os mais eficazes, tendo para o efeito prestado alguns esclarecimentos nesta matéria, acompanhando este processo o senhor Prof. Doutor Álvaro Costa. Mais referiu que se em algum momento este processo parar tem a ver com a União Europeia porquanto existe um manual de mobilidade o qual tem um conjunto de critérios que têm de ser respeitados, tendo para o efeito prestado os



devidos esclarecimentos. -----

-----A senhora Presidente terminou a sua intervenção renovando as suas felicitações ao Góis Moto Clube pela excelente organização e êxito do Campeonato Nacional de Enduro, realizado no dia 02.05.21, agradecendo por mais uma iniciativa que dinamizou o concelho aos mais diversos níveis.-----

-----Por último propôs ao Executivo a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Manuel Jorge Marta Ferreira, sogro do Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, Nuno Miguel Barata Lopes, salientando o seu trabalho voluntário e meritório como Diretor e Ensaíador do Rancho Folclórico As Sachadeiras da Várzea, Dirigente e Músico da FILVAR - Filarmónica Varzeense, tendo por último presidido a Direção do Rancho Mensageiros da Alegria de Vila Nova do Ceira. Um ser humano dedicado à divulgação e promoção das tradições culturais da nossa região. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do Voto de Pesar, manifestando à família total solidariedade e profundo pesar pela sua irreparável perda.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues iniciou a sua intervenção fazendo alusão à renúncia ao mandato por parte do senhor Vereador Mário Barata Garcia, pelos motivos do conhecimento de todos, desejando uma boa recuperação.-----

-----Prevaleceu-se para felicitar o senhor Graciano Antunes Rodrigues, pelo cargo para o qual foi empossado, Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal, fazendo votos de um bom trabalho nas funções que lhe foram atribuídas, pelo que o sucesso do senhor Vereador será também o sucesso da Câmara Municipal.-----

-----Felicitou o senhor Vereador substituto Nuno Miguel Martins Bandeira, por estar presente nesta reunião desejando votos de um bom trabalho no decorrer da mesma.----

-----Relativamente ao Rally de Portugal referiu não ter dúvidas que a prova em Góis irá decorrer, mais um vez, bem, salientando o trabalho realizado pela Câmara Municipal para que seja cumprido tudo aquilo que nos é imposto de forma a que a possamos cumprir,

pelo que na pessoa da senhora Presidente agradeceu todo o empenho da Câmara Municipal no sentido de possamos cumprir, sendo que já somos conhecidos pela arte de bem receber por parte de quem nos visita o que é manifestamente agradável.-----

-----Relativamente ao Metro Mondego referiu estar convencido que fazendo parte integrante deste processo a CIM RC monitorizando e liderando o mesmo que este será um sucesso, traduzindo-se efetivamente de uma mais valia para todos os municípios que irão ser abrangidos sendo muito gratificante vir a ser uma realidade o que se propõem fazer, pelo que felicitou a CIM RC e todos os parceiros que integram este processo.-----

-----Seguidamente, referiu que na localidade de Ponte do Sótão, em frente à capela, existem eco pontos, sendo que há cerca de dois meses foi retirado o eco ponto amarelo, por se encontrar danificado, sendo que até à data a ERSUC ainda não procedeu à sua substituição, apesar de algumas manifestações por parte dos residentes, pelo que solicitou a intervenção da Câmara Municipal junto da ERSUC para colocação do referido eco ponto. Um outro assunto, que desejava expor é a limpeza de algumas árvores que se encontram caídas, no percurso pedestre junto à margem esquerda do rio, no sentido do Pêgo Escuro – Carcavelos, para que quem por ali passa possa desfrutar ainda mais de toda a sua beleza natural. Uma outra situação, já várias vezes falada, é o troço que foi objeto de intervenção na Av. Padre António Dinis que carece de intervenção imediata, porquanto é visível a circulação de viaturas na faixa de rodagem contrária o que em nada abona a circulação de trânsito nesta via, podendo haver algum acidente, bem como poderá ser também um factor para algum tipo de dano em viaturas que por ali circulam, pelo que é de todo importante colmatar esta situação. Uma outra via que também necessita de ser intervencionada é efetivamente a do Esporão-Ribeira-Pena porquanto é impossível circular-se na mesma em condições de segurança, realçando que este trajeto é também frequentado por quem visita a Aldeia do Xisto da Pena, fazendo todo o sentido de que o piso venha ser intervencionado. Ainda sobre vias referiu que andando a zona do Liboreiro a ser objeto de limpeza da vegetação existente no âmbito do Rally de Portugal lançou o repto para que esta Equipa de trabalhadores pudesse dar continuidade aos trabalhos na estrada do Vale do Ceira, porquanto é uma via com algum trânsito



diariamente e aproximando-se a época estival ainda terá uma maior frequência. Por último, na pessoa do senhor Nuno Miguel Martins Bandeira, Presidente do Góis Moto Clube, felicitou o Góis Moto Clube pela excelente organização do Campeonato Nacional de Enduro e, naturalmente, pelo êxito da mesma. De igual modo, endereçou as suas felicitações ao atleta Bernardo Vieira pela sua participação na Taça do Mundo de Paraciclismo, em Ostende, na Bélgica tendo obtido o 10ª posição, na classe de C1.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz iniciando a sua intervenção lamentando a renúncia ao mandato por parte do senhor Vereador Mário Barata Garcia, por motivos de saúde, pelo que endereçou muita força para conseguir ultrapassar esse momento menos bom da sua vida. Na sequência da sua renúncia, apraz-lhe felicitar o senhor Graciano Antunes Rodrigues, amigo de longos anos, sendo que é com muito gosto que o vê ocupar o lugar de Vereador, após uma grande temporada na vida autárquica, é para si um prazer poder partilhar este momento com o próprio pelo que endereçou votos de um bom trabalho.-----

-----Referiu que na última reunião da Câmara Municipal a senhora Presidente deu conhecimento que o Município de Góis irá acolher um espaço de coworking, pelo que sendo a reunião da Câmara Municipal transmitida via Facebook foi a sua pessoa interpelada sobre quando é que o espaço irá ser publicamente aberto, bem como quais os procedimentos que terão que ser tomados por parte dos interessados em o utilizar o para desenvolverem a sua atividade profissional através do teletrabalho, entre outras questões, pelo que questionou onde é que poderá ser recolhida mais informação nesta matéria.-----

-----Terminou a intervenção, reiterando a entrega das informações jurídicas relativas ao Contrato de arrendamento nº4/2016 e de subarrendamento nº5/2016 da fração A do lote 3 da Zona Industrial de Góis e ainda relativamente ao assunto Vicente & Vicente - Indústria de Iluminação e Decoração, Lda/Pagamento do lote 1 da Zona Industrial de Góis.-----

-----Interveio o senhor Vereador substituto Nuno Miguel Martins Bandeira dirigindo rápidas melhoras ao senhor Dr. Mário Barata Garcia, desejando que possa continuar a

dar o seu contributo para a dinâmica do nosso concelho. Dirigiu as suas felicitações ao senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues salientando ter a certeza que irá desempenhar as funções que lhe foram atribuídas de forma exemplar, sendo que o seu sucesso, será naturalmente o sucesso de Góis, facto que todos esperamos da sua pessoa pelo vasto conhecimento adquirido aquando presidiu a Junta de Freguesia de Góis. -----

-----Quanto aos assuntos que desejava expor referiu que na sequência das palavras da senhora Presidente em relação à presente reunião estar a se realizar presencialmente, referiu que poderia ter sido levada a efeito por videoconferência até ao 30.06.21, de acordo com a Lei 1-A/2020, tendo sido uma opção superior. Porém, é seu entendimento que apesar destas poderem ser realizadas presencialmente fará todo o sentido que sejam transmitidas na página do Facebook do Município de Góis de forma a que muito munícipes possam acompanhá-la para terem conhecimento dos assuntos apresentados, discutidos e votados em sede do Executivo, bem como da maneira como decorre a reunião, pelo que sugeriu que as mesmas possam novamente vir a ser transmitidas.-----

-----Relativamente ao parquímetro existente na Praça da República, na vila de Góis, referiu tratar-se de uma situação cujo seu funcionamento merece ser definitivamente resolvido, uma vez que já pôde verificar in loco pessoas a tentarem colocar moedas para ali estacionarem a sua viatura.-----

-----Quanto ao baloiço existente no Parque do Castelo congratulou a Câmara Municipal, porém referiu que toda a zona envolvente ao mesmo necessita de ser intervencionada de forma a que se possa usufruir melhor deste espaço que com a colocação desta estrutura ainda será mais visitado, havendo também necessidade de intervenção nos degraus da escada de acesso ao local.-----

-----Quanto ao Orçamento Participativo referiu ser seu entendimento que este mandato não deveria terminar somente com a apresentação dos projetos vencedores, dever-se-ia concretizar os mesmos porquanto a sua não concretização em nada dignifica o presente mandato.-----

-----Referiu que uma munícipe residente em Foz de Ádela transmitiu que a estrada de acesso à sua habitação, a qual é de terra batida, com as últimas intempéries ficou

bastante degradada sendo difícil a circulação de viaturas na mesma, pelo que solicitou se a Câmara Municipal poderia intervir nesta situação.-----

-----Relativamente ao coworking referiu ser uma iniciativa de louvar, sendo estes espaços bastante dinamizados em vários países na União Europeia, entendendo que no nosso território deveremos ser diferenciadores, ou seja, não basta somente ter um espaço de trabalho, mas dentro do mesmo teremos que juntar um conjunto de potencialidades próprias do Município de Góis para que possamos atrair o maior número de pessoas nesta nova vertente de trabalho que na sua ótica, devido ao período pelo que passamos, veio para ficar e ser uma prática no nosso quotidiano. -----

-----No que diz respeito a congratulações a organizações e pessoas da nossa comunidade dirigiu felicitações ao Escoteiros 74 Góis pela obtenção do Prémio Escotismo de Excelência, um prémio que reconhece a qualidade do Escotismo, tendo sido Góis distinguido com platina pelo o nível de empenho no trabalho na comunidade infantil e juvenil pertencente a este grupo.-----

-----No âmbito da Campeonato Nacional de Enduro, ocorrido em Góis no dia 02 de maio, dirigiu as suas felicitações a todos os atletas que participaram nesta prova, com especial atenção para o Diogo Ventura, apesar de não ter ganho a prova, ampliou a vantagem no campeonato, estando em primeiro lugar no mesmo, destacando os restantes 10 pilotos do concelho que também participaram nesta prova, sendo um exemplo da dinâmica existente ao nível do desporto motorizado no território, sendo que o nível de participantes tem vindo a aumentar o que cada vez mais podemos intitular-nos de paraíso de todo o terreno. Referiu a existência de alguns problemas ao nível ambiental que teremos que os ultrapassar da melhor forma em virtude desta prática desportiva trazer naturalmente diferentes leituras ambientais as quais terão que ser devidamente contornadas por todos.-----

-----De igual modo apresentou felicitações ao Bernardo Vieira pela sua participação na Taça do Mundo de Paraciclisto, em Ostende, na Bélgica, apesar de não ter terminado a prova por ter tido um pequeno percalço, obteve o honroso 10º lugar no contra relógio, sendo motivo de orgulho para todos nós ter um jovem goiense numa Taça do Mundo.-----

-----Terminou a sua intervenção dirigindo felicitações ao Gonçalo Gaspar pelo honroso 1º lugar - Master 30 que obteve na edição de 2021 da Taça de Portugal de Enduro de BTT, ocorrida no passado fim de semana em Lorvão, Penacova.-----

-----Interveio o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues iniciando a sua intervenção dirigindo palavras de ânimo ao senhor Dr. Mário Barata Garcia para que possa ultrapassar este momento menos bom da sua vida pessoal em termos de saúde, desejando uma recuperação célere.-----

-----De seguida, agradeceu aos senhores Vereadores as palavras tecidas à sua pessoa, por presentemente integrar o Executivo, sentindo-se lisonjeado pelas palavras de reconhecimento do trabalho que desenvolveu anteriormente na qualidade de autarca. Efetivamente o seu tempo neste Executivo será breve, porquanto estamos na reta final do presente mandato, para poder deixar uma marca significativa do exercício das suas funções enquanto Vereador, porém de tudo irá fazer para que o seu exercício possa ser frutífero, contando com todos os trabalhadores da Câmara Municipal para que o trabalho possa ser desenvolvido da melhor forma no sentido de que se possa cumprir.-----

-----Dirigiu palavras de reconhecimento à sua Presidente da Câmara Municipal, sendo do conhecimento de todos que integrava a lista do PS, candidata à Câmara Municipal. Apesar de não ter sido eleito aquando o ato eleitoral. Pela situação de renúncia do senhor Dr. Mário Barata Garcia, que mais uma vez lamenta, foi chamado pela senhora Presidente para ocupar o lugar que vagou, como Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal, pelo que reiterou o seu agradecimento pela confiança depositada na sua pessoa para acompanhamento dos trabalhos da Câmara Municipal. Referiu ter solicitado à senhora Presidente disponibilidade para o inteirar sobre alguns processos no sentido de poder, a par com os trabalhadores, levar a bom porto a resolução dos mesmos, tendo sido a disponibilidade total o que fez com que aceitasse este desafio, tendo em conta o compromisso por si assumido aquando o último ato eleitoral, ou seja, estar disponível, caso fosse eleito, ou numa situação atípica como se verificou, servir Góis e os Goienses.-

-----Por último, uma palavra de apreço a todos quantos lhe endereçaram votos de um bom trabalho nas funções que ora exerce reiterando que pela sua resiliência e empenho



e em plena colaboração com os trabalhadores da Câmara Municipal e Executivo de certeza que o seu trabalho irá ser profícuo.-----

-----Prevaleceu-se para também dirigir felicitações ao Góis Moto Clube pela excelente organização, a que já nos habitou, de mais uma prova no nosso território, pelo que na pessoa do senhor Nuno Bandeira, Presidente da Direção do Góis Moto Clube, dirigiu o seu agradecimento pessoal e institucional, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido em prol do concelho de Góis. A todos os atletas que têm levado o bom nome de Góis a nível nacional e internacional dirigiu um especial agradecimento, sendo que a sua parte fará tudo para os apoiar e ajudar, em virtude de quando estamos a levar o nome de Góis além fronteiras, também estamos a trazer visitantes para o nosso concelho, sendo que o nosso território necessita desse tipo de desenvolvimento pelo que nós, enquanto Equipa, continuaremos a abraçar esse processo e levá-lo a bom porto até às próximas autárquicas. -----

-----A senhora Presidente sobre as questões apresentadas, nomeadamente sobre o espaço Coworking deu a palavra à senhora Dr.ª Fátima Gonçalves para proceder aos devidos esclarecimentos.-----

-----Dada a palavra, a senhora Dr.ª Fátima Gonçalves referiu que no âmbito do desafio da CCDRC e da CIM RC houve a possibilidade do Município de Góis integrar uma Rede de espaços comuns de Teletrabalho. Referiu que a Pandemia COVID -19 trouxe para Portugal um conceito de trabalho há muito existente em alguns países da Europa, sendo dada a possibilidade de o trabalhador poder desenvolver as suas funções sem estar necessariamente na sede da sua empresa, sendo esta também uma forma de combater a desertificação de concelhos como o nosso. Neste âmbito foi o Município de Góis desafiado no sentido de dotar um espaço de forma a poder, de certa forma, promover as condições de trabalho previstas no Código Administrativo, relativamente ao teletrabalho, ou seja, qualquer pessoa poder usufruir daquele espaço para desenvolver a sua atividade profissional no âmbito do regime de teletrabalho. Resumindo este espaço irá de certa forma combater as assimetrias geográficas permitindo uma qualidade de vida superior, sendo que com as novas tecnologias tudo se torna possível e mais fácil. Neste sentido foi

pelo Município de Góis apresentada uma candidatura para um espaço que reunisse alguns dos requisitos para ali funcionar o coworking, como estar dotado de internet, ser um espaço central, com estacionamento e de fácil acesso. Quanto a equipamento necessário referiu que a Câmara Municipal tem que disponibilizar secretárias de trabalho, com divisórias para permitir privacidade ao utilizador, sendo que a área irá ser dividida em cinco espaço de trabalho, simultaneamente este espaço irá ter uma entrada e um espaço para reuniões que será partilhado com todos os utilizadores do espaço de teletrabalho, sendo que será também disponibilizada uma impressora para digitalização de documentação por parte dos utilizadores deste espaço. -----

-----A senhora Presidente referiu que na altura da apresentação da candidatura foi-lhe sugerido para o espaço de funcionamento do coworking o auditório da Casa do Artista, com o qual não concordou, tendo em sede do Executivo passado essa mesma informação, sendo que foi o mesmo alterado para o Espaço Internet questionando se efetivamente a escolha recaiu neste espaço.-----

-----Dada a palavra, a senhora Dr.ª Fátima Gonçalves informou que será no Espaço Internet que irá funcionar o coworking, porquanto o auditório da Casa do Artista não reunia algumas condições, nomeadamente ao nível da internet tendo em causa a arquitetura do imóvel, sendo que o próprio edifício também não é inclusivo, sendo esta uma das condições para o espaço funcionar, bem como a acústica do espaço. Efetivamente a senhora Presidente sugeriu o Espaço Internet, o qual reúne excelente condições e os requisitos necessários para ali funcionar o espaço de teletrabalho coworking.-----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionou de quando é que está previsto o início do seu funcionamento.-----

-----Dada a palavra, a senhora Dr.ª Fátima Gonçalves referiu que após assinatura do protocolo a Câmara Municipal num prazo de um mês terá que ter o projeto implementado, salientando que no momento da celebração do protocolo teríamos que ter já definido o local e o acesso à internet.-----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questionou se o espaço irá ter divisórias para cada utilizador possa trabalhar em segurança e privacidade.-----

-----Dada a palavra, a senhora Dr.^a Fátima Gonçalves informou que o espaço será dividido com divisórias de acrílico semelhantes às que têm os espaços de atendimento ao público no âmbito da Pandemia COVID-19.-----

-----A senhora Presidente referiu que se adesão ao coworking for significativa é seu desejo que o Espaço Internet venha a funcionar na Biblioteca Municipal António Francisco Barata porquanto o espaço tem condições para acolhimento deste serviço e daria com certeza uma outra dinâmica a este espaço.-----

-----Quanto às outras questões colocadas pelos senhores Vereadores referiu não ter informação suficiente sobre o eco ponto em falta na Ponte do Sótão, pelo que solicitou ao senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues que se inteirasse sobre o assunto. No que concerne às árvores derrubadas na zona do Pêgo Escuro entende que o assunto deve ser devidamente tratado pelos competentes serviços municipais. Quanto ao troço que foi intervencionado pela Câmara Municipal na Av. Padre António Dinis referiu que, tal como informou anteriormente, esta zona da EN2 não é jurisdição da Câmara Municipal, tendo este facto somente sido comunicado à Câmara Municipal após intervenção na zona de S. Paulo, tendo para o efeito procedido aos devidos esclarecimentos, salientando que desde a rotunda de Oroso até a uma zona junto ao Carvão a Câmara Municipal não poderá intervencionar na EN2, porquanto a tutela é da Infraestruturas de Portugal. Contudo, referiu que no citado troço a degradação do piso se deve às várias intervenções realizadas pela Câmara Municipal para resolução de um problema de escoamento e drenagem de águas dos terrenos particulares, sendo que naturalmente foram feitas algumas intervenções no piso, porém a I.P. não irá intervir porquanto o piso está degradado fruto das intervenções feitas pela Câmara Municipal, tendo sido por si comunicado que a Câmara Municipal só interveio porquanto pensava que a concessão se mantinha na posse da Câmara Municipal. Apesar de a I.P. ter que um dia fazer uma intervenção de fundo nesta zona, presentemente será a Câmara Municipal que irá

proceder à reparação do piso, sendo que irão ser solicitados orçamentos a empresas da área para que a seja reposta a parte que foi reparada. Quanto à estrada Esporão-Ribeira-Pena referiu que existe um levantamento da rede viária do concelho não existindo orçamento para todas as necessidades, sendo que foi feito um empréstimo de 400.000,00€, sendo que 250.000,00€ é destinado a rede viária e 150.000,00€ a arruamentos, aguardando-se resposta do Tribunal de Contas. Acrescentou que foi dada a prioridade ao troço entre a EN342 às Aldeias dos Xisto, o troço entre Portela de Góis, Casêlhos e Vila Nova do Ceira, Góis-Carcavelos, sendo também uma prioridade Esporão-Ribeira-Pena, sendo que outras há com prioridade como é o caso das Barreiras Vermelhas e outras já faladas. Quanto à limpeza do Vale do Ceira referiu que naturalmente já se encontra planificada sendo que se não houver meios municipais temos que recorrer a terceiros. Quanto às informações jurídicas referiu ter dado indicação à Dr.ª Andreia Vidal para proceder à sua entrega. Quanto ao funcionamento do parquímetro referiu que a senhora chefe da DGUPA saberá o porquê deste equipamento ainda não estar em funcionamento, solicitando ao senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues que se inteire sobre o assunto. No que concerne ao Orçamento Participativo referiu ter sido um compromisso assumido pelo senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues para com a sua pessoa para que seja dada prioridade à execução dos projetos vencedores. Quanto à estrada que serve Foz de Ádela não tem conhecimento do seu atual estado de conservação pelo que se irá inteirar do assunto. Quanto à zona envolvente no Parque do Castelo onde foi colocado o baloiço referiu que claramente o espaço terá que ser ajardinado, sendo que as escadas têm de estar em condições para nelas se circular em segurança.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: -----

-----a) Usou da palavra a senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata referindo que irá falar de um assunto, por si já falado a alguns anos a esta data, realçando que não interpretem as suas palavras como uma crítica, mas como uma constatação e uma mera opinião. Referiu que irá falar sobre a casa da Praça, a antiga casa do Dr. Rui e seu jardim.

Referiu que à época que o imóvel foi doado à Câmara Municipal, o comércio existente recebeu uma indemnização para desocupação do espaço, facto ocorrido no mandato do senhor José Girão Vitorino, tendo na altura sido fixado um placar no qual se poderia ler “meu compromisso”. Neste sentido, referiu que desejava saber, em memória aos que já não se encontram entre nós, se existiu ou existe algum projeto para este espaço. Referiu tratar-se de uma casa solarenga com um encantador jardim, o qual teve uma intervenção arqueológica, pelo que após esta o jardim ainda se encontra sem qualquer tipo de intervenção, questionando se este não poderá ser repostado ou procurar outra solução para aquele espaço de acesso à casa, porquanto dá pena verificar o seu atual estado. Referiu que a Câmara Municipal é sem dúvida a maior entidade empregadora, os trabalhadores novos juntam-se aos que já existem ficando alguns gabinetes sobrelotados, pelo que talvez pudesse funcionar na casa da Praça alguns serviços municipalizados ou ser utilizada de forma que achassem melhor, dando assim vida e utilidade àquele edifício e jardim.-----

-----Seguidamente questionou se ainda é intenção da Lusitaves a instalação de duas unidades no nosso território.-----

-----Por último manifestou o seu orgulho pelo projeto apresentado e concluído pela TransSerrano que irá ser inaugurado no dia de amanhã, salientando que num tempo para todos difícil, em que uns foram obrigados a fechar o seu negócio, outros optaram por arriscar, tendo a empresa instalado em Góis uma unidade de alojamento, o que muito a orgulha. -----

-----Terminou desejando uma boa recuperação ao senhor Dr. Mário Barata Garcia fazendo votos para que corra tudo pelo melhor, lamentando, profundamente o motivo da sua renúncia. Felicitou o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues pelas suas novas funções e que esteja à altura dos desafios que se impõe. -----

-----b) Usou da palavra o senhor Nuno Miguel Almeida Alves dirigindo um especial cumprimento ao senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues pelas funções que atualmente desempenha fazendo votos para que não perca a motivação, apesar de estar na reta final o presente mandato, por ser também muito importante para os nossos

destinos.-----

-----Referiu que na sequência das palavras da senhora Presidente relativamente à apresentação do Programa Góis é Solidário, devem as suas palavras que irá proferir serem entendidas como uma humilde sugestão de quem considera muito importante este Programa para que este seja hoje anunciado e apresentado no dia de amanhã. Pelo que propôs que devia o público a quem se dirige ser notificado, opinando que se deveria apresentar num outro dia para a informação chegar a um maior número de interessados e, conseqüentemente, ter um maior número de participantes na apresentação, tendo em conta o valor que o Programa envolve, crendo que o sucesso do mesmo dependerá do maior número de candidaturas e apoios cedidos.-----

-----A senhora Presidente referiu concordar com as palavras proferidas pelo munícipe Nuno Miguel Almeida Alves, realçando já se ter disponibilizado para que na qualidade de membro da Assembleia Municipal reúna com a sua pessoa para dar conta de algumas situações. Referiu que a apresentação deste Programa já esteve agendada para o dia 03.05.21, porém não estavam reunidas as condições, sendo que também não houve condições para ter sido apresentada no dia 10.05.21, reservando-se no direito de não tornar público o que significa o não haver condições, sendo altamente para si desolador adiar uma situação que é tão importante que se dedicou com o senhor Dr. Miguel Ventura, e posteriormente, com o Executivo, para que todo este processo estivesse em condições para ser apresentado. Referiu que a parte mais difícil deste processo foi a elaboração de uma carta/convite para remeter aos interessados neste apoio, a qual apesar de ter sido elaborada não estava perceptível, pelo que não foi a mesma remetida. Referiu que efetivamente a apresentação para o dia de amanhã é complicada, porém se não for amanhã, e faz questão de estar presente, não terá possibilidade em outro dia desta semana devido a compromissos assumidos, poderá naturalmente ser durante o fim de semana, não significando que o Programa já não possa estar divulgado.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora Maria de Lourdes da Costa Serôdio Barata referiu que não há qualquer dúvida que a empresa TransSerrano foi uma das coisas boas que se instalou em Góis, sendo a inauguração da Casa de Campo Vale do Ceira, no dia de

hoje, pelas 18.30 horas.-----

-----Relativamente à instalação da empresa Lusiaves em Góis, referiu não ter muita informação sobre este processo, uma vez que está a ser acompanhado pela DGUPA, salientando que, na presente data, está a decorrer o estudo de impacto ambiental, tendo o documento sido presente à Câmara Municipal para o Executivo se pronunciar. Contudo, o documento remetido pela CCDRC para a Câmara Municipal se pronunciar continha lapsos, nomeadamente quanto ao Vale da Lapa, referindo-se ao concelho da Lousã e freguesia de Serpins, pelo que foi remetido ofício à CCDRC, após contacto prévio com a Técnica que acompanha este processo, para se proceder à retificação, para que após retificação possa o Executivo se pronunciar. Referiu que o processo de Vale da Lapa irá se entroncar com um velho problema que é a questão dos limites administrativos, assunto que ainda não se encontra resolvido, envolvendo três Municípios, que até à data ainda não se pronunciaram, tendo reiterado o pedido à DGUPA para renovar a solicitação da Câmara Municipal para se pronunciarem, bem como para se realizarem reuniões, sendo que se a resolução do assunto não for pelo diálogo defende que o seja através de um processo litigioso. Quanto ao processo da Carvalhinha referiu que este estava mais avançado, porém recentemente a CIM RC comunicou que foi publicado um despacho de que todos os processos de investimento que careciam de alguns de pareceres, pós incêndios, são quase aprovados tacitamente, ou seja, são dispensados esses pareceres porquanto o tempo que passou é suficiente para se pronunciarem.-----

-----Relativamente ao conjunto edificado do antigo hospital de Góis e da Capela do Espírito Santo referiu recordar-se do processo de aquisição do imóvel, não tendo o mesmo sido doado à Câmara Municipal, i.e., o imóvel foi comprado pelo senhor Dr. José Domingos de Ascensão Cabeças, Presidente da Câmara Municipal. Referiu que o imóvel doado ao Município de Góis foi a casa da artista Alice Sande, sendo que é com muita pena sua que o processo, há mais de dois anos, não avança apesar de existir financiamento para esse mesmo efeito. Referiu que candidatura tem um valor associado na ordem dos quatrocentos mil euros, tendo sido executada uma parte, tendo procedido às devidas explicações, sendo que a requalificação do imóvel, denominado Casa-Museu Alice Sande

ainda não avançou, porquanto o projeto apresentado ultrapassa os cerca de setecentos mil euros, não sendo possível avançar com o mesmo, uma vez que a Câmara Municipal não tem a capacidade para um investimento neste valor. A Casa-Museu Alice Sande é um projeto interessante que tendo sido aproveitado o financiamento no âmbito do Programa Valorizar, porém não há condições para implementar o projeto apresentado, sendo que terá que ser feito um outro projeto arquitetura, uma vez que o parecer da DRCC foi negativo. Referiu que o que a artista Alice Sande deixou explícito no testamento é que seja feita uma Casa-Museu que tenha acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e que o imóvel seja requalificado. Efetivamente a Câmara Municipal tem solicitado prorrogações para implementação do projeto de maneira a não perder o financiamento, porém o processo encontra-se estagnado. -----

-----Relativamente ao imóvel adquirido pela Câmara Municipal, na Praça da República, referiu que parte do espaço encontra-se requalificado, a antiga capela, onde funciona o Posto de Turismo, no espaço limítrofe está a funcionar a Equipa dos Censos 2021, estando numa das salas, deste último espaço, a funcionar no âmbito do cadastro o espaço de atendimento. Numa outra divisão funciona a sede da Associação de Juventude de Góis e num outro espaço funciona como uma pequena arrecadação da Câmara Municipal. -----

-----No âmbito da PARU referiu que Góis foi premiado com um valor substancial, ou seja, tínhamos um montante na ordem dos noventa e três mil euros, sendo que com o prémio passou para a ordem dos cento e quarenta mil euros, montante que poderia ser empregue na recuperação do imóvel, desde que tenha um fim específico, devendo o fim ser cultural e que tenha enquadramento no âmbito da requalificação da Praça da República e ruas envolventes, sendo que o destino a dar ao imóvel não poderá ser para ali instalar serviços municipais. Referiu que ainda no âmbito do prémio recebido poderia ser realizada a requalificação do arruamento que serve o Terreirinho até à rua da Igreja, sendo que com um pouco de mais investimento poderia a requalificação ser efetuada até ao Largo da Igreja. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – MÁRIO BARATA GARCIA/RENÚNCIA AO MANDATO – A senhora Presidente informou que o senhor Dr. Mário Barata Garcia, no dia 30.04.21, de acordo com a legislação em vigor, apresentou a renúncia ao lugar de Vereador da Câmara Municipal, por motivos de falta de saúde, com efeitos a 01.05.21.-----

-----Prevaleceu-se para reiterar os maiores sucessos pessoais ao senhor Dr. Mário Barata Garcia, agradecendo o tempo que serviu Góis no exercício das suas funções como Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal. Referiu ser uma pessoa dotada de grandes conhecimentos, tendo uma vasta cultura em várias matérias, por si apreciada, desejando a maior sorte no seu plano pessoal e familiar.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.2 – ALTERAÇÃO À COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL – A senhora Presidente referiu que em conformidade com o determinado para cumprimento do nº 1 do artigo 59º, do nº 1, do artigo 79, e do nº 4 do artigo 76º, ambos do Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, e na sequência do pedido de renúncia ao mandato do senhor Dr. Mário Barata Garcia, preencheu a vaga ocorrida no Executivo Camarário como Vereador o senhor Graciano Antunes Rodrigues, cidadão que se seguia na lista do Partido Socialista.-

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.3 – ASSUNTOS DA PRESIDÊNCIA/DESPACHOS – A senhora Presidente deu conhecimento ao Executivo dos seguintes Despachos:-----

-----Despacho nº 6/2021 – Designação do senhor Graciano Antunes Rodrigues, como Vereador a tempo inteiro.-----

-----Despacho nº 7/2021 – Designação como Vice-Presidente da Câmara o Vereador Graciano Antunes Rodrigues, a quem incumbe substituir a Presidente da Câmara nas suas faltas e impedimentos. -----

-----Despacho nº8/2021 – Determina a seguinte distribuição de pelouros:-----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA, Dra. Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira:** -----

----- 1. Proteção civil; -----

----- 2. Coordenação autárquica; -----

----- 3. Administração e finanças; -----

- 4. Recursos Humanos; -----
- 5. Educação e desporto; -----
- 6. Ação social, formação, emprego e juventude; -----
- 7. Apoio ao desenvolvimento local e empreendedorismo; -----
- 8. Turismo e cultura. -----

----- **VEREADOR E VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, Graciano Antunes Rodrigues:** -----

- 1. Obras municipais por empreitada; -----
- 2. Fundos comunitários; -----
- 3. Urbanismo e ordenamento do território; -----
- 4. Desenvolvimento rural e floresta; -----
- 5. Fiscalização municipal; -----
- 6. Obras municipais por administração direta; -----
- 7. Equipamentos municipais; -----
- 8. Salubridade e qualidade de vida; -----
- 9. Saneamento básico e mercados.-----

----- Despacho nº 9/2021 – Delega, no Vereador e Vice-Presidente, Graciano Antunes Rodrigues, todas as suas competências próprias previstas na legislação em vigor, relativamente às matérias que respeitem diretamente aos pelouros que lhe foram atribuídos.-----

----- Despacho nº 10/2021 – Designa, sob proposta do senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues, para o cargo de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, Nuno Miguel Barata Lopes.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.4 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e sete de abril do ano de 2021, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues e o senhor Vereador



substituto Nuno Miguel Martins Bandeira não participaram na votação por não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

3.5 – TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL/COMUNICADO DE IMPRENSA: PRAIAS DO CENTRO DE PORTUGAL COM 89 BANDEIRAS AZUIS EM 2021

– A senhora Presidente deu conhecimento da comunicação do Turismo do Centro de Portugal relativamente às zonas balneares do Centro de Portugal com bandeiras azuis em 2021, integrando estas a Praia Fluvial Peneda/Pêgo Escuro e a Praia Fluvial de Alvares. -----

-----Referiu ter já dado conhecimento que a Praia Fluvial das Canaveias no presente ano não foi galardoada com a Bandeira Azul, resultando a perda deste galardão com uma das análises realizadas à água no ano de 2018, facto que é de lamentar, uma vez que se lhe tivesse sido comunicado a situação relativa às análises de tudo teria sido feito para resolver no imediato a situação.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que um dos requisitos na apresentação da candidatura ao referido galardão é a análise das águas dos últimos três anos, pelo que se foi no ano de 2018 detetada uma análise água que não se encontrava nas condições ideais, não entendendo o porquê de no passado ano ter sido o galardão atribuído quando também fez parte dos critérios as análises dos anos 2017, 2018 e 2019, não entendendo a explicação dada pela ABAE para a não aprovação da candidatura, podendo efetivamente estar equivocada.-----

-----A senhora Presidente referiu que, tal como já mencionou em anterior reunião da Câmara Municipal, foi contactada por uma Técnica da Câmara Municipal, responsável pela elaboração da candidatura, que a informou que a Praia Fluvial de Canaveias não teria sido galardoada com a bandeira azul pelo facto de uma das análises não ser de excelência. Referiu não ter sido transmitida pela DGUPA quais os fatores que contribuiriam para a não aprovação da candidatura, os quais até à data internamente ainda não lhe foram comunicados. Referiu que aquando a comunicação pela Técnica da Câmara Municipal da não aprovação a candidatura tomou como procedimento ligar para o senhor Eng. Nuno Bravo da APA tendo questionado o que é que poderia fazer para inverter a situação, tendo-lhe sido comunicado a impossibilidade de na presente data reparar a situação.

Referiu ter solicitado quais os fatores que determinaram a não aprovação da candidatura, tendo obtido como resposta que o factor determinante incidia numas análises de 2018 que no troço ente a ETAR de Góis e as Canaveias não estariam em boa situação. Acrescentou que segundo informação em sede do Executivo o senhor Dr. Mário Barata Garcia referiu que a Câmara Municipal não tem acesso às mesmas, por não se tratar de águas para consumo humano, sendo que atualmente são feitas pela APIN. Referiu que a ABAE tem um sistema de monitorização sendo que nos é solicitado para fazermos evidências das iniciativas que fazemos no âmbito da bandeira azul, tendo apresentado como exemplo que quando mencionamos que foi realizada uma ação de formação em que estiveram presentes quinze participantes a evidência é a folha de presenças, sendo que quem tem o dossier das candidaturas à ABAE está todo o ano a trabalhar, porquanto somos obrigados a apresentar um ciclo de iniciativas as quais envolvem várias instituições públicas e privadas. Referiu que sobre esta candidatura solicitou à Técnica Vanessa Serra e também à senhora chefe da DGUPA para proceder aos devidos esclarecimentos sobre o que condicionou a não aprovação da candidatura facto que até à data não aconteceu, uma vez que a única informação que possuiu foi a que lhe foi comunicada pelo Técnico da APA.-----

-----Interveio o senhor Vereador substituto Nuno Miguel Martins Bandeira referindo que a nível profissional integrou também uma Equipa da candidatura da Bandeira Azul sendo um trabalho bastante minucioso para se conseguir cumprir os parâmetros para que a candidatura seja objeto de aprovação e, posteriormente, para manter esse mesmo galardão. Felicitou a Câmara Municipal pela manutenção do galardão na Praia Fluvial da Peneda/Pêgo Escuro e pela inclusão da Praia Fluvial de Alvares. Prevaleceu-se para informar que a Praia Fluvial de Serpins, a jusante da das Canaveias, perdeu o galardão no ano de 2019, por recolhas de análises efetuadas no ano de 2018, sendo que o seu alerta é nesse âmbito pelo facto de a Câmara Municipal da Lousã ainda não ter conseguido recuperar a mesma, sendo efetivamente um trabalho difícil, pelo que também ao nível do nosso concelho será um trabalho que terá que ser bem monitorizado, nomeadamente ao nível do acompanhamento de recolha das análises. Referiu que se se verificar que as

análises não reúnem as condições para que a candidatura possa vir a ser aprovada efetivamente, apesar de se tratar de uma opção política, poder-se-á tomar como procedimento não apresentar a candidatura de forma a não prorrogar prazos em possíveis períodos de carência. Acrescentou, que a Praia Fluvial de Bogueira, a jusante da de Serpins, conseguiu manter a bandeira azul, pelo que esta informação poderá também ajudar na análise ao porquê de a candidatura da Praia Fluvial das Canaveias não ter sido objeto de aprovação. Na sequência das palavras da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que questionou o porquê de somente agora ter sido retirado o galardão, uma vez que se tratam de análises de 2018, referiu que por um lado foi benévolo porquanto tivemos ainda dois anos essa distinção, colocando-se a pergunta de como é que iremos recuperá-la pelo que é um processo que merece uma melhor atenção.-----

----A senhora Presidente referiu que aquando a apresentação do resultado da candidatura não é dado um prazo para reclamação, pelo que naturalmente a elaboração das candidaturas terão que ter uma melhor monitorização requisitos para que possamos manter as bandeiras e reconquistar a que nos foi retirada. Terminou, solicitando ao senhor Vice-Presidente que solicite ao serviço da DGUPA informação sobre os factores que contribuiram para não aprovação do galardão de bandeira azul na Praia Fluvial de Canaveias.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.6 – ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS/CORPOS SOCIAIS/BIÉNIO 2021/2022 – Foi presente o ofício da Associação Educativa e Recreativa de Góis, datado de 28.04.21, dando conhecimento dos Corpos Sociais para o biénio 2021/2022.-----

----A senhora Presidente informou que preside à Direção da Associação Educativa e Recreativa de Góis o senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, sendo a Secção de Futebol presidida pelo senhor João Manuel Rosa Simões, dirigindo, em nome do Executivo, felicitações aos novos Corpos Sociais e a todos quantos deram o seu contributo nesta a entidade, deixando uma palavra de agradecimento pelo voluntariado e pela forma digna

com que dirigem esta grande Associação que é um valioso património para o concelho de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.7 – ÁGUAS DO CENTRO LITORAL/PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – ABASTECIMENTO

– A senhora Presidente referiu que como é do conhecimento do Executivo, porquanto o assunto foi presente em anteriores reuniões da Câmara Municipal, a empresa Águas do Centro Litoral solicitou à Câmara Municipal que seja reconhecido o Interesse Público Municipal do investimento que pretendem realizar em Góis, instrumento que será essencial para a obtenção das devidas e necessárias autorizações e pareceres junto das competentes entidades licenciadoras.-----

-----Referiu que face a algumas questões surgidas na análise do documento, solicitou a presença do senhor Eng.º Mauro Azevedo e Eng.º Eduardo Silva, Técnicos da empresa Águas do Centro Litoral, na presente reunião, para proceder aos devidos esclarecimentos, nomeadamente quanto à dimensão do investimento, localização, impacto visual, entre outras questões que possam surgir durante a explicação.-----

-----Dada a palavra, o senhor Eng.º Mauro Azevedo referiu que o reservatório de Góis é uma infraestrutura que faz parte do abastecimento de água a Góis, sendo que irá ser realizado através do ponto de entrega existente em Vilarinho, Lousã, cujo sistema está ligado às captações da Boavista, no rio Mondego, em Coimbra, sistema este que servirá Góis. Referiu que irá ser feito um sistema integrado que irá ter uma conduta adutora, desde o Ponto de Entrega de Vilarinho, na Lousã, até uma Estação Elevatória a construir em Reguengo, a partir da qual seguirá uma outra conduta elevatória até ao Reservatório a construir em Albergaria, seguindo uma nova conduta adutora até ao Reservatório de Góis, cerca de 15 km. Referiu que é em Góis que irá se localizar o Reservatório principal de abastecimento à vila, sendo um reservatório que tem 500^{m³} de capacidade, sendo duas células redondas, com uma casa de manobras a meio que comanda toda a parte do reservatório onde estão todos os acessórios necessários para garantir que a água tem as condições necessárias para consumo. Quanto à localização da infraestrutura, referiu que fica instalada num terreno, onde presentemente existe uma vinha, junto à Rotunda de



Oroso, pelo que a necessidade de reconhecimento de interesse público municipal é exatamente pelo facto de o terreno estar classificado como RAN. Pelo que para ser instruído o processo junto da RAN para desanexação desse terreno para permitir construir o Reservatório é necessária a declaração de reconhecimento de interesse público municipal. Acrescentou que em tempos, como é do conhecimento da senhora Presidente, a primeira solução que estava preconizada, e que não foi aprovada, era requalificar o sistema existente de captação de água, sendo que o mesmo ao nível de qualidade, especificidade, quantidade, mostrou que não era a solução mais viável, ou seja, não tinha a resiliência que um sistema tem que ter para que em situações de incêndio, água com cinzas, chuvas que arrastem materiais para o rio, sendo que as captações não podem ficar comprometidas, pelo que a qualidade da água tem de ser assegurada. Nesse sentido, referiu que foram estudadas alternativas, sendo que a alternativa que se mostrou tecnicamente mais viável era fazer o abastecimento a partir de Vilarinho, Lousã, sendo este o sistema que se apresentou. No que concerne ao Reservatório referiu que é relativamente pequeno do ponto de vista da vedação, tendo cerca de 30 metros, por 15 metros, sendo que a parte edificada, as duas células redondas com a casa de manobras a meio, terá cerca de 15 metros de comprimento, com 9 metros de largura, tendo uma altura máxima de 4,10 metros, não sendo um reservatório megalógono, tendo em conta o número de consumidores relativamente pequeno que é exigido a esta tipo de infraestrutura, porquanto a mesma ligada, por conduta, ao sistema principal. Acrescentou não ser um empreendimento que tenha um grande impacto, sendo intenção da empresa que a infraestrutura se enquadre não só no ambiente envolvente, como também sempre que possível e que economicamente não ponha em causa o investimento e indo ao encontro dos desejos da Câmara Municipal de Góis. Caso seja necessário construir uma cortina arbórea à volta da vedação do edifício para disfarçar o impacto na envolvente evidentemente que esta questão também será considerada, podendo também ser considerada uma cor específica para a parede, havendo uma panóplia de possibilidades que estão disponíveis a avaliar se entenderem

ser necessário para qualquer questão de enquadramento que vá ao encontro dos desejos da Autarquia. -----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que de acordo com o mapa anexo ao documento em análise a escolha do terreno para implementação da infraestrutura recai na opção B, questionando se corresponde à sua leitura, bem como qual será a altura da mesma.-----

-----O senhor Eng.º Mauro Azevedo referiu que efetivamente a escolha recai na opção B, ou seja, no terreno onde se encontra uma vinha, sendo a altura do edifício de 4,10 metros.-----

-----Interveio o senhor Vereador substituto Nuno Miguel Martins Bandeira referiu que o terreno onde irá ser implementado o Reservatório encontra-se inserido em RAN, pelo que estando a ser elaborada a revisão ao PDM questionou o que é que está previsto para os terrenos na zona envolvente, ou seja, se irão ficar em RAN ou se existe alguma alteração. Referiu que a sua questão se consubstancia no facto de esta zona ser uma expansão da Vila pelo que está a ser construído um edifício desta natureza poderá efetivamente condicionar a construção de habitações familiares. Mais questionou se a infraestrutura emitirá qualquer tipo de ruído que possa prejudicar quem reside e quem possa querer construir na sua envolvente. Questionou ainda qual o trajeto que terá a conduta adutora que irá servir este Reservatório.-----

-----A senhora Presidente referiu que em termos de PDM esta área encontra-se fora do perímetro urbano.-----

-----Dada a palavra, o senhor Eng.º Mauro Azevedo referiu que a infraestrutura a implementar não transmitirá qualquer ruído. Quanto ao trajeto para servir o reservatório referiu que virá pela estrada municipal de Portela de Góis para Alvé.-----

-----Interveio o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues questionando qual a localização do Reservatório em Albergaria.-----

-----Dada a palavra, o senhor Eng.º Mauro Azevedo informou que será no limite do concelho.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que questionou

sobre o ponto de entrega em Portela de Góis. -----

-----Dada a palavra, o senhor Eng.º Mauro Azevedo informou que o ponto de entrega em Portela de Góis irá ficar no sentido Lousã-Góis, do lado esquerdo, junto às habitações ali existentes, tendo explicado que é semelhante a um quadro elétrico da PT.-----

-----Interveio o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues referindo que aquando a construção da infraestrutura que fosse salvaguardado o menor impacto ambiental que a mesma possa vir a ter.-----

-----A senhora Presidente agradeceu a presença dos Técnicos da empresa Águas do Centro Litoral.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal, associado ao projeto designado por “Abastecimento a Góis por Vilarinho (Lousã)”. -----

-----Mais deliberou, por unanimidade, remeter para apreciação e votação da Assembleia Municipal, a emissão de declaração de interesse público.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – APIN/EXECUÇÃO DO PROTOCOLO DE 08 DE JANEIRO DE 2020 – Foi presente a documentação remetida pela APIN relativa ao protocolo entre os Municípios e a APIN, conforme deliberação na reunião de Acionistas, realizada no dia 26.04.21, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A senhora Presidente deu conhecimento do ofício remetido pela APIN sobre o assunto em questão. *“A APIN, EIM, S.A., e o Município de Góis celebraram um Protocolo em 08.01.20, prorrogado em duas ocasiões, através do qual a Câmara Municipal se comprometeu a disponibilizar à APIN, até janeiro de 2021, todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, mediante contrapartida de pagamento de compensação financeira, o Protocolo. Em execução do Protocolo, o Município de Góis disponibilizou os recursos necessários e solicitados pela APIN, sendo a APIN conseqüentemente devedora do montante de 392.050,00€.*-----

-----*Em virtude da necessidade de reorganizar os seus compromissos financeiros,*

nomeadamente os assumidos perante os Municípios emergentes do Protocolo, vem a APIN propor que essa reorganização se materialize na substituição, segundo o regime da novação objetiva previsto no artigo 857º do Código Civil, da obrigação de pagamento da compensação financeira devida pela APIN nos termos do Protocolo por uma nova obrigação da APIN, perante os Municípios. Para esse efeito, a APIN identificou investimentos adicionais aos inicialmente previstos no Anexo IV do Contrato de Gestão Delegada do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior outorgado em 2 de outubro de 2019 entre a APIN e os seus Municípios participantes, o Contrato de Gestão Delegada, com incidência nos serviços do Município de Góis, que integra o Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior. A APIN pretende assumir a obrigação de realizar desses investimentos adicionais a favor do Município de Góis, procedendo assim à substituição da obrigação de pagamento em falta. O valor dos investimentos adicionais é equivalente ao devido por execução do Protocolo, conforme a avaliação feita pela APIN e que o Município de Góis deverá validar.”-----

-----A senhora Presidente referiu tratar-se de um assunto demasiado complexo, salientando que todo o trabalho em questão foi feito por um meritório escritório de advogados a quem foi colocada esta situação, no decurso de algumas reuniões de trabalho, as quais, posteriormente, se consubstanciam em Assembleias de Acionistas. Referiu que, tal como refere o ofício, o assunto incide sobre o período transitório que tinha ficado estabelecido que todas as Câmaras iriam ser ressarcidas das despesas com o Pessoal e outras despesas diretas e indiretas. Referiu que no caso concreto de Góis o valor a ser ressarcido pela APIN é de 392.050,00€, cujo período transitório foi todo ano de 2020 até 31 de janeiro de 2021, ou seja, 13 meses. Referiu a existência de muitas dificuldades por parte da APIN, a qual tem um ano de exercício, sendo um período insuficiente para apresentação de resultados, pelo que presentemente é muito difícil os acionistas serem ressarcidos dos valores que se encontram em dívida, pelo que a única forma de se contornar, pela via legal, esta situação, é de converter esta dívida, cujo valor entraria nos cofres da Câmara Municipal por se tratar de uma receita que já se encontrava

contabilizada e faturada, e que também irá ter reflexos na prestação de contas, é o valor ser aplicado em investimentos.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que da análise feita ao documento apraz-lhe mencionar que lhe parece quase impossível o que é proposto neste, não fazendo para si qualquer sentido a proposta apresentada, ainda que o assunto tenha sido objeto de parecer de um consultório de advogados, não lhe parece haver legitimidade nesta proposta. Trata-se de uma dívida com um valor considerável (392.050,00€), valor pertencente à Câmara Municipal, e consequentemente do erário público, pelo que teremos que ter responsabilidade no que venhamos a assumir nesta matéria. Referiu que estar a trocar uma dívida por um investimento adicional, do qual não temos conhecimento, nem do seu valor e nem de quando será executado, sem sequer haver garantia da execução desse investimento, parece-lhe que o que está em causa é um perdão da dívida, admirando a coragem de quem subscreveu o documento. Referiu ainda que perante os factos, a adesão à APIN poderá não ter sido a melhor opção, apesar de ter votado favoravelmente a adesão do Município de Góis à APIN no sentido de que a filosofia era a coesão entre os Municípios para criar maior massa crítica no campo do abastecimento de água a toda a região. Porém, presentemente, parece-lhe que a forma como foi constituída foi um processo muito mal conduzido e esta é uma prova desses mesmos factos. Concluiu, referindo que a Câmara Municipal de Góis irá ficar muito prejudicada se não receber o valor em causa, 392.050,00€, pelo que não votará favoravelmente esta proposta.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que ao longo do ano anterior solicitou, algumas vezes, qual era o montante relativo às dívidas da APIN ao Município de Góis, relativamente à prestação de serviços. Referiu que o montante em causa, 392.050,00€, se deve ao facto da prestação de serviços da Câmara Municipal durante o período transitório, 01.01.2020 a 31.01.2021, no âmbito do protocolo estabelecido, salientando que no passado ano os pagamentos e as dívidas, contribuíram para algum desequilíbrio na Prestação de Contas do Município de Góis do ano de 2019. Face ao montante em dívida poderá igualmente ter alguma incidência negativa na

Prestação de Contas de 2020. Acrescentou que relativamente a este tipo de dívidas a responsabilidade que a APIN tem perante os seus acionistas, são na ordem dos 2.929.552,00€, aprez-lhe questionar se a dívida ficará resolvida com a concretização de investimentos adicionais, uma vez que ainda não existe previsão quanto ao valor destes, apesar do documento referir que irão ser no mesmo montante em dívida. Acrescentou que não se tem conhecimento dos investimentos a realizar, montantes envolvidos, datas de concretização e garantia de fundos europeus sobre as propostas dos projetos que vão submeter. Em termos económicos referiu que se poderá fazer a leitura de que existe uma dívida que se prolonga há mais de um ano, em que a Câmara Municipal ainda não foi ressarcida, sendo que se a Câmara Municipal tivesse essa receita atempadamente poderia exercer alguma execução física de algumas obras, pelo que face ao exposto tem alguma dificuldade de validar a proposta apresentada, realçando que seria interessante saber a posição dos outros acionistas relativamente a esta proposta. -----

-----Interveio o senhor Vereador substituto Nuno Miguel Martins Bandeira referindo que como não tem tido um acompanhamento assíduo deste assunto consultou o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio para que do mesmo se inteirasse, tendo obtido como resposta desconhecer a razão da apresentação da presente proposta. Referiu que da análise efetuada ao documento a sua posição vai ao encontro da posição da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, i.e., não votar favoravelmente o assunto, em virtude de entender que o Município de Góis está a ser prejudicado no montante de 392.050,00€. Referiu que, provavelmente, a proposta foi apresentada efetivamente por que o resultado do exercício não é favorável, devendo ser analisada a consequência para a Câmara Municipal se o Executivo não aprovar a proposta apresentada e qual a responsabilidade, como acionista, do Município de Góis perante a APIN na resolução desta questão. Em termos contabilísticos referiu não ter conhecimento de quais os procedimentos que terão que ser levados a efeito uma vez que já existem facturas emitidas, sendo que no Orçamento para o ano em curso estava prevista esta receita, pelo que não tem conhecimento aprofundado que lhe permita proceder à aprovação do assunto somente com os dados patentes no documento, entendendo que

toda a tramitação financeira deveria naturalmente estar devidamente explicada. Sobre o espaço temporal mencionado para o exercício do valor em questão em investimento, cinco anos, é um espaço temporal subjectivo, uma vez que presentemente está a acontecer esta situação, sendo que nada nos indica que esta não se irá repetir no próximo ano. Referiu ainda, ser sua opinião, que face ao conhecimento que tem sobre o funcionamento de organizações idênticas à APIN, foi efetivamente no início que se errou, uma vez que uma das soluções teria sido os Municípios terem assumido estas despesas na fase de transição, para que hoje a APIN não tivesse este problema, nem o Executivo estaria também como este problema que não é fácil de explicar aos munícipes. -----

-----Interveio o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues referindo tratar-se de um novo assunto para a sua pessoa, porém parece-lhe que quanto à proposta apresentada pela APIN deveria existir uma melhor fundamentação relativamente aos investimentos que pretende concretizar no valor em causa, porquanto a informação plasmada no documento nessa matéria é insuficiente. -----

-----Dada a palavra, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que na proposta de deliberação apresentação pela APIN quanto às faturas refere o ponto 6 o seguinte: *“Determinar a anulação das faturas emitidas à APIN, EIM, S.A., (Se aplicável).”*; considerando que a APIN também tem dúvidas sobre a possibilidade de as faturas emitidas puderem ser anuladas. -----

-----A senhora Presidente referiu que irá dar a palavra à senhora Dr.ª Liliana Serra para prestação de esclarecimentos relativamente ao assunto em questão, nomeadamente sobre faturas emitidas.-----

-----Dada a palavra, a Dr.ª Liliana Serra referiu que, tecnicamente, se trata de um assunto com alguma complexidade. Relativamente à questão de anulação de faturas emitidas “se aplicável”, referiu que apenas colocaram o “se aplicável” em virtude da existência de Municípios que não procederam à emissão de faturas referente à prestação de serviços, sendo que no caso do Município de Góis as faturas foram emitidas em função do cumprimento do protocolo celebrado. Referiu que efetivamente foram emitidas faturas da parte fixa e variável, estando a faturação relativa ao ano de 2020 toda emitida,

tratando-se de faturação emitida com IVA, em que a Câmara Municipal irá proceder durante o mês de maio à entrega de IVA ao Estado, valor esse significativo. Mais referiu que na presente data em que se encontra a finalizar o documento de Prestação de Contas do ano de 2020 ter sido apresentada esta situação é bastante complicada para a elaboração do documento, uma vez que a faturação já se encontra emitida, sendo que em termos de demonstração de resultados o valor foi considerado nos proveitos do exercício, sendo que a anular a faturação já o deveria ter sido feito até 31.12.2020. Referiu ainda, que por questões contabilistas contactou o ROC da Câmara Municipal e a situação é frágil relativamente aos procedimentos que terão que tomar caso a deliberação seja no sentido de que se tenha que proceder à anulação das respetivas faturas, porquanto existem dúvidas técnicas sobre quais os procedimentos técnicos a serem tomados. -----

----A senhora Presidente referiu que caso a proposta seja viabilizada pelo Executivo a senhora Dr.ª Liliana Serra irá continuar a elaborar a Prestação de Contas com base nesta situação.-----

----Dada a palavra, a senhora Dr.ª Liliana Serra referiu que na Prestação de Contas terá que ter conhecimento de qual o cálculo da dívida do Município, uma vez que a dívida do Município conta com a dívidas das Entidades onde temos participação, sendo uma destas a APIN que apenas conta se tiver o resultado líquido negativo antes de impostos, pelo que não estando as contas ainda encerradas, dúvidas subsistem sobre os procedimentos que terão de ser tomados. -----

----Dada a palavra, o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu que apesar de as faturas estarem emitidas já deveriam naturalmente estarem liquidadas, como não o foram, o valor global destas irá ser considerado como uma dívida. Pelo que sendo o valor considerado uma dívida questionou qual o impacto, na Prestação de Contas do Município de Góis 2020.-----

-----Dada a palavra, a senhora Dr.ª Liliana Serra referiu que o impacto irá verificar-se na demonstração de resultados, sendo que irá ter impacto no resultado líquido, que neste caso, apesar de ainda não ter dados concretos, irá beneficiar o resultado líquido,

porquanto foram emitidas as faturas no ano de 2020, considerando-se proveitos bastante elevados, contudo não é traduz a realidade. No ano de 2021 iremos proceder à anulação e ter um custo muito elevado, o que contabilisticamente acaba por não ser real, porém nesta altura não dá para anular as faturas com datas de 31.12.2020, residindo as dúvidas sobre esta questão. -----

-----A senhora Presidente referiu não ter informação suficiente para tranquilamente propor que o Executivo vote favoravelmente a proposta apresentada pela APIN. Referiu que é sua proposta suspender a deliberação do ponto até que se clarifique junto do Conselho de Administração da APIN as questões colocadas pelo Executivo. Pelo que caso haja urgência por parte da APIN em ter a deliberação do Município de Góis, irá propor ao Executivo uma reunião extraordinária para deliberação do assunto.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, suspender a deliberação do assunto até que sejam clarificadas, junto do Conselho de Administração da APIN, as questões colocadas pelo Executivo.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE GÓIS/INÍCIO DE PROCEDIMENTO

– Foi presente a informação da DAG – Serviço Jurídico e de Contraordenações, datada de 22.04.21, relativa ao início do procedimento de elaboração do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Góis.----

----A senhora Presidente propôs que no âmbito da competência prevista na alínea k), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e em conformidade com o previsto no nº 1, do artigo 98º do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal delibere:-----

----1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Góis.-----

----2. Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do referido Regulamento se processe por meio de requerimento, entregue no Serviço de Atendimento ao Munícipe (Balcão Único) do Município durante o horário

normal de expediente (de segunda a sexta-feira das 09h00 às 17h00), remetido por correio dirigido à Presidente da Câmara Municipal, Praça da República, 3330-310 Góis ou por correio eletrónico para o endereço juridico@cm-gois.pt, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados partir da data de publicação no *site* do Município, em www.cm-gois.pt;

-----3. Que se proceda à publicitação no sítio do Município na Internet o início do procedimento.

-----A Câmara tomou conhecimento e, deliberou, por unanimidade:

-----1. Dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Góis.

-----2. Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do referido Regulamento se processe por meio de requerimento, entregue no Serviço de Atendimento ao Munícipe (Balcão Único) do Município durante o horário normal de expediente (de segunda a sexta-feira das 09h00 às 17h00), remetido por correio dirigido à Presidente da Câmara Municipal, Praça da República, 3330-310 Góis ou por correio eletrónico para o endereço juridico@cm-gois.pt, num prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados partir da data de publicação no *site* do Município, em www.cm-gois.pt;

-----3. Que se proceda à publicitação no sítio do Município na Internet o início do procedimento.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

3.10 – NMAUTOCLASSICOS/PEDIDO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO NA ZONA INDUSTRIAL DE VÁRZEA PEQUENA – Foi presente a informação da DAG – Serviço Jurídico e de Contraordenações, datada de 19.03.21, relativa ao pedido de implementação de projeto na Zona Industrial de Várzea Pequena requerido pela NMAUTOCLASSICOS, Unipessoal, Lda.

-----A senhora Presidente referiu que de acordo com a supra informação o gerente da empresa NMAutoclássicos, Unipessoal, Lda., apresentou pedido de autorização para instalação no Lote 7 da Zona Industrial de Várzea Pequena, freguesia e concelho de Góis,

de projeto de negócio de venda de gás engarrafado. De acordo com o gerente da empresa, este lote da referida Zona Industrial, foi adquirido com outro propósito, no entanto, pretende alargar o objeto do seu negócio a este tipo de atividade.-----

-----Neste sentido, referiu que a autorização deve ser objeto de deliberação da Câmara Municipal, para que seja dado cumprimento ao disposto no preceituado no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento, ou seja, qualquer alteração à finalidade, para que foram requeridos os terrenos, carece de autorização expressa da Câmara Municipal de Góis.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que referiu tratar-se de uma decisão política pelo que não se opõe à alteração do fim para que foi adquirido o referido lote. Porém, entende que o pedido deveria fazer-se acompanhar de uma apreciação técnica, ou seja, se é possível ou não ser implementado naquele local a referida atividade para que o Executivo possa tomar uma posição, porquanto a implementação deste projeto obedece a regras que terão que ser cumpridas.-----

-----A senhora Presidente referiu que tecnicamente não há motivo para inviabilizar, foram realizadas duas reuniões, tendo o proprietário informado que tecnicamente o espaço é viável para a instalação do projeto de negócio de venda de gás engarrafado. -----

-----Interveio o senhor Vereador substituto Nuno Miguel Martins Bandeira questionando se nos lotes limítrofes ao lote nº 7 se já se encontram instalados equipamentos, referindo que a sua questão fundamenta-se no facto de que a implementação deste investimento não possa vir a inviabilizar outros investimentos devido à sua especificidade.-----

-----A senhora Presidente deu a palavra ao senhor Nuno Lopes, Secretário da Vereação, para proceder ao necessário esclarecimento, sobre o loteamento em questão.-----

-----Dada a palavra, o senhor Nuno Lopes referiu que o lote nº 7 se encontra instalado na parte de trás do cemitério, tendo apenas um outro lote nesta área, também já adquirido, ainda sem qualquer infraestrutura. Referiu que os restantes lotes se encontram no outro lado da estrada que separa este loteamento.-----

-----A senhora Presidente referiu que o proprietário do lote adjacente ao lote nº 7 já informou a Câmara Municipal que não irá desenvolver a atividade com o fim para a qual o adquiriu, pelo que irá o mesmo ser objeto de reversão, ou seja, irá ser novamente

propriedade da Câmara Municipal.-----

-----Usou da palavra o senhor Vereador Graciano Antunes Rodrigues referindo que estando o projeto munido dos pareceres favoráveis para a sua implementação, é seu entendimento que deverá ser emitido parecer favorável relativamente à alteração do uso do citado lote.-----

-----A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento da Zona Industrial de Várzea Pequena, deliberou, por unanimidade, autorizar a sua finalidade, ou seja, para que ali seja instalado o projeto de negócio de venda de gás engarrafado.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.11 – OBRAS PARTICULARES/LEONOR BEATRIZ SIMÕES BANDEIRA E GONÇALO NUNO

MARTINS BANDEIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 05.05.21, relativa a obras de construção de moradia unifamiliar, requerida por Leonor Beatriz Simões Bandeira e Gonçalo Nuno Martins Bandeira, Avenida Manuel Ferreira Naia Sarrazola, freguesia de Góis.-----

---A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos de especialidades.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.12 – OBRAS PARTICULARES/CELSO FERNANDO DIAS VENTURA

– Foi presente a informação da DGUPA, datada de 05.05.21, relativa a obras de reconstrução de edifício e mudança de alteração, requerida por Celso Fernando Dias Ventura, Outeiro, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

---A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.13 – OBRAS PARTICULARES/BRUNO ANTÓNIO CARVALHO DUARTE DIAS

– Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.05.21, relativa a obras de legalização de habitação unifamiliar, requerida por Bruno António Carvalho Duarte Dias, Vilarões – Caracol, freguesia de Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.14 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia seis de maio do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo II da presente Ata.-----

3.14.1 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dez mil euros, cuja finalidade é o apoio mensal à atividade corrente.----

3.14.2 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dois mil e quinhentos euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (mês de maio de 2021).-----

3.14.3 – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de quatro mil e setenta e oito euros e dezasseis cêntimos, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (acertos dos anos de 2018, 2019 e 2020)-----

3.14.4 – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, da senhora Presidente, e dos senhores Vereadores Graciano Antunes Rodrigues, José Alberto Domingos Rodrigues e Nuno Miguel Martins Bandeira, e um contra, da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a referida transferência corrente, no montante de mil e setecentos euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento de projetos diversos

e apoio nas parcerias (Ex: programa de medidas de emprego).-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz apresentou a seguinte declaração de voto: “O seu voto contra consubstancia-se pelo facto da candidatura desta Entidade, de acordo com a informação técnica que acompanhou o Mapa de Transferências Correntes, não se encontra em conformidade com o Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.”-----

3.14.5 – Associação Educativa e Recreativa de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dois mil euros, cuja finalidade é o apoio/comparticipação ao funcionamento das diversas seções da instituição.-----

3.14.6 – Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dois mil euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento conforme descrito na memória descritiva que integra a candidatura ao Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.-----

3.14.7 – Automóvel Clube de Portugal – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente, no montante de trinta mil euros, cuja finalidade é a participação financeira no apoio das despesas relacionadas com a realização do WRC Vodafone Rally de Portugal 2021 na Região Centro.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.15 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia seis de maio do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo III da presente Ata.-----

3.15.1 – União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital, no montante de dez mil euros, cuja finalidade é o apoio no âmbito da candidatura “Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos – Estabilização de emergência”-----

3.15.2 – Freguesia de Vila Nova do Ceira – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital, no montante de cinco mil euros, cuja finalidade e a comparticipação na obra “Requalificação da rede viária EN2”.--

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.16 – MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 9/2021/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 7 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 6 – Em conformidade com o disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas Leis nos. 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 de março e 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto e 66/2020, de 4 de novembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Orçamento Municipal nº 7 que importa na parte da parte da despesa, em 20.000,00€, tanto nos reforços, como nas anulações, bem como a alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) nº 6, que importa em 2.000,00€, nos reforços, cuja cópia constitui o Anexo IV da presente Ata.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.17 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA - A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia dez de maio do ano em curso, no montante de dois milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove mil e trinta e um centimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ÁGUAS DO CENTRO LITORAL/PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – ABASTECIMENTO; APIN/EXECUÇÃO DO PROTOCOLO DE 08 DE JANEIRO DE 2020; REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE GÓIS/INÍCIO DE PROCEDIMENTO; NMAUTOCLASSICOS/PEDIDO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO NA ZONA INDUSTRIAL DE VÁRZEA PEQUENA; OBRAS PARTICULARES/LEONOR BEATRIZ SIMÕES BANDEIRA E GONÇALO NUNO MARTINS BANDEIRA; OBRAS PARTICULARES/CELSO FERNANDO DIAS VENTURA; OBRAS PARTICULARES/BRUNO ANTÓNIO CARVALHO DUARTE DIAS; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL; MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS Nº 9/2021/ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 7 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) Nº 6.-----



Góis
município

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas catorze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
